

**TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS DA COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL DE  
CURTO PRAZO**

**ENTRE**

**COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS**

**E**

**ENEVA S.A.**

## ÍNDICE

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS .....	4
CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO .....	9
CLÁUSULA TERCEIRA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA E VIGÊNCIA .....	9
CLÁUSULA QUARTA – NOTIFICAÇÕES DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA .....	10
CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS .....	10
CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSOS DA VENDEDORA .....	11
CLÁUSULA SÉTIMA – COMPROMISSO DE RECEBIMENTO DA COMPRADORA .....	12
CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO .....	13
CLÁUSULA NONA – PONTOS DE ENTREGA .....	14
CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO E ALOCAÇÃO .....	14
CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS .....	15
CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS .....	15
CLÁUSULA TREZE – FATURAMENTO .....	15
CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO .....	18
CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR .....	20
CLÁUSULA DEZESSEIS – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS .....	23
CLÁUSULA DEZESSETE – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES .....	25
CLÁUSULA DEZOITO – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO .....	25
CLÁUSULA DEZENOVE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE .....	26
CLÁUSULA VINTE – NOVAÇÃO .....	27
CLÁUSULA VINTE E UM – CONDUTA DAS PARTES .....	27
CLÁUSULA VINTE E DOIS – DISPOSIÇÕES GERAIS .....	29
CLÁUSULA VINTE E TRÊS – CONCORDÂNCIA DAS PARTES .....	31
ANEXO I .....	32
MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA .....	32

**TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL DE CURTO PRAZO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA - BAHIAGÁS, E, DO OUTRO LADO, ENEVA S.A.**

Pelo presente instrumento,

**COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA - BAHIAGÁS**, sociedade com sede na Cidade Av. Professor Magalhães Neto, nº 1.838, Pituba, na cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") sob o nº 34.432.153/0001-20, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada "BAHIAGÁS"; e

**ENEVA S.A.**, sociedade anônima com sede na Praia de Botafogo, 501, Bloco I, 2º e 4º andares, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22250-040, inscrita no CNPJ sob o nº 04.423.567/0001-21, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada "ENEVA";

Também denominadas, isoladamente, "PARTE" e, em conjunto, "PARTES".

A qualificação de VENDEDORA e COMPRADORA serão definidas às PARTES para cada operação firmada, ou seja, ora cada uma das PARTES poderá ser VENDEDORA, e ora COMPRADORA.

**CONSIDERANDO QUE:**

- Conforme disposto no Parágrafo 2º do Artigo 25, da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 5, de 15/08/1995, cabe aos Estado explorar, diretamente ou mediante a concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da LEI;
- Conforme contrato de concessão firmado em 06/12/1993, BAHIAGÁS é concessionária dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado da Bahia;
- as PARTES desejam comprar ou vender GÁS NATURAL entre si, nos termos e condições aqui estabelecidos;
- as PARTES são autorizadas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP como agentes de comercialização e carregamento de gás natural;
- a VENDEDORA deseja vender GÁS à COMPRADORA e a COMPRADORA deseja adquirir GÁS da VENDEDORA;
- as PARTES negociarão operações de compra e venda de GÁS, as quais serão definidas conforme as condições estabelecidas nas NOTIFICAÇÕES DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA e neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

RESOLVEM as PARTES celebrar o presente Termos e Condições Gerais de Compra e Venda de Gás Natural de Curto Prazo ("TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS"), o qual será regido pelas cláusulas e pelas condições a seguir estabelecidas.



## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS**

1.1. Qualquer termo ou expressão que grafados em maiúsculas, neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS terá o significado que lhe foi atribuído nesta cláusula, seja no singular ou no plural:

**AFILIADA:** significa, com relação a qualquer PARTE, qualquer outra entidade jurídica que, direta ou indiretamente controle, esteja sob controle comum, ou seja controlada por essa PARTE. Conforme utilizado nesta definição, “controle” significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral, o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia, ou o poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

**ANP:** significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da atividade do setor de gás e petróleo, criada pela Lei nº 9.478, de 06/08/1997 ou qualquer outra entidade que, por força de LEI, venha a substituí-la no futuro.

**ARBITRAGEM:** significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 16.3.

**ÁRBITRO (PRIMEIRO ÁRBITRO, SEGUNDO ÁRBITRO, TERCEIRO ÁRBITRO):** significa um dos integrantes do TRIBUNAL ARBITRAL, designados conforme item 16.3.4.

**ÁRBITRO ÚNICO:** significa o árbitro único a ser responsável pela condução e pelo julgamento da ARBITRAGEM expedita, nos termos do item 16.3.4(i).

**ARREDONDAMENTO ou ARREDONDADO:** significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

- (a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 (zero) a 4 (quatro), o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
- (b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 (cinco) a 9 (nove), o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

**CALORIA:** significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura dos 14,5 °C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5 °C (quinze vírgula cinco graus Celsius), à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma CALORIA equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco cinco Joules). Uma quilocaloria (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.

**CÂMARA:** significa o Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem – CBMA, responsável pela condução da ARBITRAGEM, conforme previsto na CLÁUSULA DEZESSEIS – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.

**CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR:** significa qualquer evento ou combinação de eventos que se enquadrem nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no Artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro ou aqueles previstos neste TERMOS E CONDIÇÕES, observadas as condições e situações previstas na CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

**COMPRADORA:** significa a PARTE que está comprando e retirando o GÁS, conforme definido em cada NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA.

**CONDIÇÕES-BASE:** significam as condições de temperatura de 20 °C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals).

**CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA:** significam as condições de temperatura de 20°C (vinte



graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), em base seca, para o GÁS igual ao PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

**CONTRATOS DE TRANSPORTE:** significam os CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA e os CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA, considerados em conjunto.

**CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA:** significa cada contrato de prestação de serviço de transporte regulados pela ANP, no regime de entrada, celebrados pela VENDEDORA com a TRANSPORTADORA, necessários à injeção do GÁS objeto de uma NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA no SISTEMA DE TRANSPORTE.

**CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA:** significam os contratos de prestação de serviço de transporte regulados pela ANP, no regime de saída, celebrados pela COMPRADORA com a TRANSPORTADORA, necessários à retirada do GÁS objeto de uma NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA no SISTEMA DE TRANSPORTE.

**CRIANÇA:** significa qualquer pessoa abaixo de 15 anos de idade ou da idade mínima legalmente prescrita para atividade laboral, ou da idade para conclusão da educação obrigatória, de acordo com as LEIS, o que for maior.

**DIA:** significa cada dia calendário do período de vigência do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, tendo início à 00:00h (zero hora) e término às 24:00h (vinte e quatro horas) do dia de que se trate, tendo como referência a hora oficial de Brasília/DF.

**DIA ÚTIL:** significa qualquer DIA em que os bancos sejam obrigados a operar na Cidade de Salvador, no Estado da Bahia.

**DOCUMENTO DE COBRANÇA:** significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata, nota de débito, nota de crédito, boleto bancário, bem como qualquer outro título ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE a outra PARTE para a cobrança de valor que deva ser pago, nos termos deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

**ENCARGOS MORATÓRIOS:** significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, conforme definido no item 13.3.

**ESCRavidÃO MODERNA:** significa o trabalho forçado, escravo ou compulsório, outras formas de escravidão ou tráfico de pessoas ou as PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL.

**EVENTO DE INADIMPLENTO:** significa a situação caracterizada pela ocorrência de qualquer das hipóteses definidas na CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLENTO E RESOLUÇÃO.

**FALHA DA VENDEDORA:** significa a situação caracterizada pela ocorrência, em determinado DIA, de qualquer das seguintes hipóteses:

- (a) ação ou omissão da VENDEDORA que ocasione a recusa de programação de GÁS pela TRANSPORTADORA e/ou impossibilite ou limite a retirada de GÁS pela COMPRADORA nos PONTOS DE SAÍDA, conforme QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) prevista no âmbito de uma NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA; ou
- (b) envio pela VENDEDORA e consequente aceite e programação pela TRANSPORTADORA, de QUANTIDADE DE GÁS inferior àquela definida como



## QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP).

Excetua-se qualquer das seguintes hipóteses da caracterização de FALHA DA VENDEDORA:

- (i) ser o fato atribuído a CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;
- (ii) ter a COMPRADORA sido a parte determinante para tal ocorrência;
- (iii) ter a COMPRADORA deixado de fazer a nominação do GÁS para retirada no(s) PONTO(S) DE SAÍDA junto à TRANSPORTADORA, ou ter feito nominação do GÁS para retirada no PONTO DE SAÍDA em desacordo com a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP);
- (iv) ser o evento decorrente de falhas e/ou descumprimento atribuídos à TRANSPORTADORA, incluindo a não programação ou recusa da programação pela TRANSPORTADORA de quantidade de GÁS a ser retirada no(s) PONTO(S) DE SAÍDA, ainda que a COMPRADORA tenha feito a nominação do GÁS corretamente, exceto se tal fato decorrer de motivo imputável à VENDEDORA; ou
- (v) ser o evento decorrente de rejeição, pela TRANSPORTADORA, de realizar a programação da QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN), exceto se tal rejeição decorrer de motivo imputável à VENDEDORA.

**GÁS ou GÁS NATURAL:** significa o gás natural objeto do presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, composto pela mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que se encontra no estado gasoso quando nas CONDIÇÕES-BASE.

**LEI ou LEGISLAÇÃO:** significa qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, decreto, resolução, portaria, regulação), federal, estadual ou municipal, vigente no Brasil, ou que venha a vigor, que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das PARTES, das disposições previstas no TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, incluindo, por exemplo, qualquer lei, decreto, resolução, portaria e regulação estadual.

**LEIS ANTICORRUPÇÃO:** significam as LEIS estabelecidas no item 21.2.

**MEDIAÇÃO:** significa o procedimento de solução de controvérsia descrito no item 16.2.

**MÊS:** significa cada mês calendário de vigência do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, tendo início às 00:00h (zero hora) do primeiro DIA de cada mês e terminando às 24:00h (vinte e quatro horas) do último DIA de tal mês, exceto com relação ao primeiro mês do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, que se iniciará no DIA do INÍCIO DO FORNECIMENTO e terminará no último dia de tal mês e o último mês do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS que se iniciará no primeiro DIA de tal mês e se encerrará no último DIA de vigência do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS. "MENSALMENTE" será interpretado de modo correspondente.

**METRO CÚBICO (m³):** significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES-BASE, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

**NOTIFICAÇÃO:** significa qualquer comunicação entre as PARTES, cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, conforme definido na CLÁUSULA DEZOITO – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO.

**NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA:** É o contrato celebrado entre as PARTES que define as condições complementares a este TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, e que, em conjunto com o presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, estabelece



compromisso vinculante entre as PARTES, conforme estabelecido no item 5.1. O modelo da NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA está descrito no ANEXO I.

**NOTIFICAÇÃO DE TRANSAÇÃO GTA:** significa cada notificação para troca de titularidade do GÁS sob custódia da TRANSPORTADORA para fins de balanceamento, conforme previsto nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, realizada entre COMPRADORA e VENDEDORA.

**OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA ou OPERAÇÃO:** significa cada negociação feita entre as PARTES, envolvendo compra e venda de GÁS com base neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, que seja formalizada nos termos da CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS.

**PARTE AFETADA:** significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

**PERÍODO DE FORNECIMENTO:** significa o período definido na NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA, compreendido entre o início e o término do intervalo de DIAS estabelecidos para o fornecimento.

**PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR):** significa o PCS de 9.400 kcal/m<sup>3</sup> (nove mil e quatrocentas quilocalorias por METRO CÚBICO de GÁS);

**PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS):** significa a quantidade de energia liberada na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976:2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO até o primeiro algarismo inteiro. Sua unidade de medida será kcal/m<sup>3</sup> (QUILOCALORIA POR METRO CÚBICO). Para conversão de unidades, será considerado 1 caloria igual a 4,1855 Joules. Sua unidade de medida será kcal/m<sup>3</sup> (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO). No âmbito do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, a determinação do PCS será efetuada no PONTO DE ENTREGA.

**PONTO DE ENTRADA:** significa o local físico no SISTEMA DE TRANSPORTE onde a custódia do GÁS é transferida pela VENDEDORA (ou por terceiro por esta indicado) à TRANSPORTADORA.

**PONTO DE ENTREGA:** significa localidade física ou virtual onde o GÁS é entregue à COMPRADORA pela VENDEDORA ou por terceiro autorizado pela VENDEDORA, nas condições estabelecidas neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS e nas NOTIFICAÇÕES DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA.

**PONTO DE SAÍDA:** significa o local físico no SISTEMA DE TRANSPORTE onde o GÁS é colocado pela TRANSPORTADORA à disposição para recebimento da COMPRADORA e que, quando o GÁS é retirado pela COMPRADORA, a sua custódia é transferida da TRANSPORTADORA para a COMPRADORA.

**PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL:** significa todas as formas de escravidão, servidão por dívida, tráfico ou trabalho forçado, ou recrutamento ou uso de CRIANÇAS para (i) exploração sexual (incluindo prostituição ou produção de pornografia); (ii) fins de segurança ou militares; (iii) tráfico de drogas ou outras atividades ilícitas; ou (iv) qualquer outra forma de trabalho que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que é realizado, seja suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das CRIANÇAS.

**PREÇO DO GÁS (PG):** significa o preço do GÁS, em R\$/m<sup>3</sup> (reais por METRO CÚBICO), composto pela PARCELA DA MOLÉCULA (PM) e pela PARCELA DO TRANSPORTE (PT), calculado e reajustado conforme CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS



**QUALIDADE DO GÁS:** significa o conjunto de parâmetros referentes à composição e às propriedades físico-químicas do GÁS especificados pela Resolução ANP nº 16 de 17/06/2008, ou outra que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

**QUANTIDADE DE GÁS:** significa um volume de GÁS, expresso em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

**QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA (QDA):** significa a (i) QUANTIDADE DE GÁS em base diária que, para fins deste CONTRATO, corresponderá à QUANTIDADE DE GÁS que tenha sido efetivamente programada pela TRANSPORTADORA, no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE DE ENTRADA ou CONTRATOS DE TRANSPORTE DE SAÍDA (conforme o PONTO DE ENTREGA definido na respectiva NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA), como resultado da nominação, perante a TRANSPORTADORA, da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) deste CONTRATO; e (ii) é a QUANTIDADE DE GÁS comercializada em base diária sem programação de transporte relativa a ações de balanceamento entre VENDEDORA e COMPRADORA formalizadas por NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO GTA no âmbito dos CONTRATOS DE TRANSPORTE, as quais deverão devidamente refletidas por meio de OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA celebradas no âmbito destes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS,.

**QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC):** significa a QUANTIDADE DE GÁS, em base diária, prevista na CLÁUSULA QUARTA – , que é objeto dos compromissos de entrega e recebimento estabelecidos na respectiva NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA.

**QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN):** significa a QUANTIDADE DE GÁS que (i) a VENDEDORA nomina à TRANSPORTADORA, no PONTO DE ENTREGA, em um determinado DIA, no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA; ou (ii) a COMPRADORA nomina à TRANSPORTADORA, em um determinado DIA, para que A TRANSPORTADORA disponibilize no PONTO DE SAÍDA, no contexto do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA.

**QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP):** significa a QUANTIDADE DE GÁS, em base diária, que as PARTES tenham acordado que deverá ser entregue pela VENDEDORA e retirada pela COMPRADORA, na forma da CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO

**QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS):** significa a QUANTIDADE DE GÁS solicitada pela COMPRADORA à VENDEDORA, em determinado DIA, conforme CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO.

**QUANTIDADE FALTANTE (QF):** significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada na forma do item 0.

**QUANTIDADE NÃO ALOCADA RELATIVA À MOLÉCULA (QNAM):** significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada a cada DIA na forma do item 7.2, diretamente relacionada ao descumprimento do compromisso de retirada da COMPRADORA referente à molécula previsto no item 7.1.

**QUANTIDADE NÃO ALOCADA RELATIVA AO TRANSPORTE (QNAT):** significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada a cada DIA na forma do item 7.3, diretamente relacionada ao descumprimento do compromisso de retirada da COMPRADORA referente ao transporte previsto no item 7.1.

**SENTENÇA ARBITRAL:** significa o pronunciamento definitivo a ser emitido pelo ÁRBITRO ÚNICO ou TRIBUNAL ARBITRAL, conforme o caso, às PARTES em procedimentos de



ARBITRAGEM.

**TRANSPORTADOR:** empresa ou consórcio de empresas autorizados a exercer a atividade de transporte de gás natural.

**TRIBUNAL ARBITRAL:** significa o tribunal constituído para solução de controvérsias conforme definido no item 16.3.

**VENDEDORA:** significa a PARTE que está vendendo e entregando o GÁS, conforme definido em cada NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO**

2.1. O objeto deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS é o estabelecimento das condições gerais para a venda e entrega, por parte da VENDEDORA, e a compra e recebimento, por parte da COMPRADORA, de GÁS NATURAL em bases flexíveis, segundo as condições estipuladas nesse TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, e nos termos estabelecidos nas respectivas NOTIFICAÇÕES DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA que venham a ser celebradas para cada OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA entre as PARTES, conforme Anexo I.

2.1.1. A compra e venda de GÁS NATURAL torna-se vinculante às PARTES a partir da assinatura da respectiva NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA, onde serão definidas as condições comerciais essenciais à comercialização, na forma prevista na CLÁUSULA QUARTA – NOTIFICAÇÕES DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

2.1.2. Em havendo sobreposições ou disposições conflitantes entre uma NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA e o presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, prevalecerá, em qualquer hipótese, o que estiver disposto na NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA.

2.1.3. As PARTES poderão celebrar diversas NOTIFICAÇÕES DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA ao longo da vigência do presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

2.2 Este TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS e cada NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA que venha a ser celebrada pelas PARTES serão considerados como um único instrumento contratual, sendo cada uma delas considerada parte integrante e inseparável da outra.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA E VIGÊNCIA**

3.1. A QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) aplicável a cada OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA será definida na sua respectiva NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA.

3.2. O presente instrumento de TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por prazo indeterminado, podendo qualquer das PARTES resili-lo imotivadamente, mediante o envio de uma NOTIFICAÇÃO por escrito à outra PARTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. A resilição imotivada, feita de acordo com o procedimento aqui descrito, não acarretará indenização ou penalidade para nenhuma das PARTES, salvo as hipóteses em que a resilição ocorra durante o PERÍODO DE FORNECIMENTO objeto de uma OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA.



3.3. A rescisão ou resolução do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, por qualquer motivo, não gerará implicações para as NOTIFICAÇÕES DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA regularmente emitidas até a data de extinção do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, tendo seu PERÍODO DE FORNECIMENTO já iniciado ou não. Dessa forma, o presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS deverá permanecer vigente em relação à(s) OPERAÇÃO(ÕES) DE COMPRA E VENDA firmadas antes da data de rescisão deste instrumento até a data do efetivo cumprimento pelas PARTES de todas as obrigações, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento da(s) fatura(s) relativa(s) à(s) última(s) OPERAÇÃO(ÕES) DE COMPRA E VENDA realizada(s) entre as PARTES através da(s) NOTIFICAÇÃO(ÕES) DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA.

3.4. Cada PERÍODO DE FORNECIMENTO será definido na sua respectiva NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA, sendo certo que cada PERÍODO DE FORNECIMENTO estará limitado ao período de 31 (trinta e um) DIAS.

#### **CLÁUSULA QUARTA – NOTIFICAÇÕES DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA**

4.1. Todas as condições acordadas pelas PARTES referentes a OPERAÇÃO(ÕES) DE COMPRA E VENDA, incluindo, mas não se limitando, àquelas referentes ao PERÍODO DE FORNECIMENTO, à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), ao(s) PONTO(S) DE ENTREGA e ao(s) PREÇO(S) DE GÁS de cada OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA serão estabelecidas e constarão na(s) respectiva(s) NOTIFICAÇÃO(ÕES) DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA, conforme modelo previsto no Anexo I.

4.2. As PARTES apenas estarão vinculadas a uma NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA, a partir da sua assinatura, por meio digital, certificada pelo ICP-Brasil.

4.3. A NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA será reconhecida pelas PARTES como título executivo extrajudicial, para fins do Artigo 784, III, da Lei nº 13.105/2015.

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO DO GÁS**

5.1. O PREÇO DO GÁS (PG) aplicável a cada OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA será definido na respectiva NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA.

5.2. O PREÇO DO GÁS (PG) definido não inclui quaisquer tributos, devidos em decorrência direta do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS ou de sua execução, os quais serão acrescidos no valor total por ocasião do faturamento.

5.2.1. Não se entende como tributos devidos em decorrência direta da execução do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS aqueles cujo ônus econômico deva ser suportado pela VENDEDORA, tais como IRPJ, CSLL, IOF, Contribuições Previdenciárias sobre folha de pagamento, dentre outros.

5.2.2. As PARTES acordam que o PREÇO DO GÁS (PG) estabelecido em cada NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA será o único aplicável a cada OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA, não sendo devido qualquer valor adicional de custo e/ou encargo de transporte incorrido pela VENDEDORA, exceto aqueles expressamente definidos neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS e em cada NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA.

5.3. Para o cálculo dos PREÇOS DO GÁS (PG), em R\$/m<sup>3</sup> (reais por METRO CÚBICO), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, todos os valores e índices serão utilizados com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais.



## **CLÁUSULA SEXTA – COMPROMISSOS DA VENDEDORA**

### **6.1. Compromisso da VENDEDORA.**

Para um dado PERÍODO DE FORNECIMENTO, conforme previsto na respectiva NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA, a VENDEDORA se compromete a (i) nominar junto à TRANSPORTADORA, em todos os DIAS do PERÍODO DE FORNECIMENTO, uma QUANTIDADE DE GÁS que permita a retirada, pela COMPRADORA, da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) no PONTO DE SAÍDA; (ii) honrar suas obrigações previstas no CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA de modo a viabilizar a programação de retirada da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) pela COMPRADORA no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA; ou (iii) enviar NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO GTA à TRANSPORTADORA que reflitam as OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA formalizadas entre as PARTES para correção de portfólios por meio de medidas de balanceamento.

6.1.1. A COMPRADORA se obriga a efetuar junto à TRANSPORTADORA a programação de QUANTIDADE DE GÁS para retirada no(s) PONTO(S) DE SAÍDA equivalente à(s) QUANTIDADE(S) DIÁRIA(S) PROGRAMADA(S) (QDP) para os respectivos PONTO(S) DE SAÍDA, observando as previsões do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA, exceto nas hipóteses de OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA lastreadas em NOTIFICAÇÕES DE TRANSAÇÃO GTA.

### **6.2. Penalidade por FALHA DA VENDEDORA.**

6.2.1. No caso de FALHA DA VENDEDORA em determinado DIA, a VENDEDORA pagará à COMPRADORA uma penalidade de natureza compensatória diária calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$PFV = (30\% + Y) \times PG \times QF$ , onde:

PFV:	é o valor da penalidade diária por FALHA DA VENDEDORA no DIA em questão devida pela VENDEDORA;
QF:	é a soma das QUANTIDADES FALTANTES no DIA em questão; e
PG:	é o PREÇO DO GÁS vigente no MÊS em que tenha ocorrido a FALHA DA VENDEDORA.
Y:	Significa o percentual aplicável à FALHA DA VENDEDORA definido na NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA, que poderá ser negativo.

6.2.2. A penalidade estabelecida no item 6.2.1 é a única indenização aplicável à VENDEDORA neste CONTRATO por força de FALHA DA VENDEDORA. Nenhuma outra indenização será devida pela VENDEDORA, mesmo que as perdas e danos incorridos pela COMPRADORA tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

### **6.3. QUANTIDADE FALTANTE.**

Caso em determinado DIA ocorra uma FALHA DA VENDEDORA, a QUANTIDADE FALTANTE (QF) será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QF_d = QDP_d - QDN_d + QDNPT - QNFM_d$$



Onde:

QF <sub>d</sub>	é a QUANTIDADE FALTANTE de GÁS no DIA em questão, sendo igual a zero caso o resultado da fórmula seja negativo.
QDP <sub>d</sub>	é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) no DIA em questão.
QDN <sub>d</sub>	é a QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN) pela VENDEDORA, no dia em questão, perante a TRANSPORTADORA no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA.
QDNPT	É a QUANTIDADE DE GÁS nominada pela VENDEDORA perante a TRANSPORTADORA no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA e que não tenha sido programada pela TRANSPORTADORA, no dia em questão, por motivo imputável à VENDEDORA.
QNFM <sub>d</sub>	é a QUANTIDADE DE GÁS não disponibilizada em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no DIA "d" do Mês em questão. Este redutor será igual a zero nesta fórmula caso o mesmo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR já tenha sido considerado na programação, conforme item 8.2 do CONTRATO.

#### **6.3.1. Determinação da QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN) no PONTO DE ENTRADA:**

A determinação da QUANTIDADE DIÁRIA NOMINADA (QDN) será realizada através do envio para a COMPRADORA de cópia da NOTIFICAÇÃO de nominação de transporte, concomitantemente à sua efetiva apresentação pela VENDEDORA à TRANSPORTADORA, considerando as previsões do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – COMPROMISSO DE RECEBIMENTO DA COMPRADORA**

7.1 Em cada PERÍODO DE FORNECIMENTO, ressalvadas as situações de FALHA DA VENDEDORA, ou CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR de qualquer PARTE, a COMPRADORA se obriga, a cada DIA, a adquirir e programar perante a TRANSPORTADORA e, mesmo que não o faça, pagar à VENDEDORA, uma QUANTIDADE DE GÁS que corresponda a um percentual da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) previsto na respectiva NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA.

7.1.1 O compromisso de retirada previsto no item 7.1 será apurado diariamente e faturado no MÊS subsequente ao MÊS de fornecimento.

#### **7.2 QUANTIDADE NÃO ALOCADA RELATIVA À MOLÉCULA (QNAM) no DIA – Apuração**

Para fins de verificação do cumprimento do compromisso de retirada previsto no item 7.1 acima relativo à molécula, a eventual QUANTIDADE NÃO ALOCADA RELATIVA À MOLÉCULA (QNAM) no correspondente DIA será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$QNAM_d = (x\% * QDC) - (QF_d + QNFM_d) - QDA_d, \text{ onde:}$$

QNAM <sub>d</sub> :	é a QUANTIDADE NÃO ALOCADA RELATIVA À MOLÉCULA (QNAM) no correspondente DIA, para fins de pagamento pela COMPRADORA, sendo igual a zero caso o resultado da fórmula seja negativo.
X:	Significa o percentual aplicável ao compromisso de retirada da COMPRADORA definido na NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA.



QDC:	é a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) no respectivo DIA;
QF <sub>d</sub> :	é a QUANTIDADE DE GÁS não nominada ou não disponibilizada perante a TRANSPORTADORA em função de FALHA DE VENDEDORA no respectivo DIA;
QNFM <sub>d</sub> :	é a QUANTIDADE DE GÁS não programada ou não disponibilizada perante a TRANSPORTADORA em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo DIA;
QDA <sub>d</sub> :	é a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA(QDA) no respectivo DIA;

7.2.1 Caso em determinado MÊS seja identificada a existência de QUANTIDADE NÃO ALOCADA RELATIVA À MOLÉCULA (QNAM), na forma deste item, a COMPRADORA deverá pagar os montantes previstos no item 13.1.1.

### 7.3 QUANTIDADE NÃO ALOCADA RELATIVA AO TRANSPORTE (QNAT) no DIA – Apuração

Para fins de verificação do cumprimento do compromisso de retirada previsto no item 7.1 acima relativo ao transporte, a eventual QUANTIDADE NÃO ALOCADA RELATIVA AO TRANSPORTE (QNAT) no correspondente DIA será calculada conforme a seguinte fórmula:

$$QNAT_d = (QDC) - (QF_d + QNFM_d) - QDA_d, \text{ onde:}$$

QNAT <sub>d</sub> :	é a QUANTIDADE NÃO ALOCADA RELATIVA AO TRANSPORTE (QNAT) no correspondente DIA, para fins de pagamento pela COMPRADORA, sendo igual a zero caso o resultado da fórmula seja negativo.
QDC:	é a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) no respectivo DIA;
QF <sub>d</sub> :	é a QUANTIDADE DE GÁS não nominada ou não disponibilizada perante a TRANSPORTADORA em função de FALHA DE VENDEDORA no respectivo DIA;
QNFM <sub>d</sub> :	é a QUANTIDADE DE GÁS não programada ou não disponibilizada perante a TRANSPORTADORA em função de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR no respectivo DIA;
QDA <sub>d</sub> :	é a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA(QDA) no respectivo DIA;

7.3.1 Caso em determinado MÊS seja identificada a existência de QUANTIDADE NÃO ALOCADA RELATIVA AO TRANSPORTE (QNAT), na forma deste item, a COMPRADORA deverá pagar os montantes previstos no item 13.1.2.

7.4 As PARTES envidarão esforços para tentar corrigir e recuperar eventuais ocorrências de QUANTIDADES FALTANTES, QUANTIDADES NÃO ALOCADAS RELATIVAS À MOLÉCULA e QUANTIDADES NÃO ALOCADAS RELATIVAS AO TRANSPORTE mediante compensação em programações do GÁS em DIAS subsequentes, dentro de um mesmo PERÍODO DE FORNECIMENTO, observada a QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC) caso as Partes tenham disponibilidade e acordem as condições comerciais para tanto.

## **CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO**

8.1. As PARTES acordam que caso não haja solicitação em contrário, a QDP aplicável a cada DIA de um PERÍODO DE FORNECIMENTO será igual à QDC vigente.

8.2. A COMPRADORA poderá alterar a QDP até às 12:30 h do DIA do fornecimento de GÁS, desde que a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) para o determinado DIA: (i) não seja superior à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC), com exceção da hipótese



prevista no item 8.2.1; (ii) considere a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR; e (iii) seja formalmente aceita e programada pela TRANSPORTADORA..

8.2.1. A qualquer momento a COMPRADORA pode solicitar e a VENDEDORA poderá, a seu exclusivo critério, aceitar ou não, QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) superiores à QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC).

8.3. A VENDEDORA, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à COMPRADORA às 17:00 h do DIA do fornecimento de GÁS, deverá (i) aceitar, como QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP), as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS), que se enquadrem nos requisitos previstos no item 8.2; ou (ii) estabelecer QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) compatíveis com a disponibilidade de GÁS, sem prejuízo de eventual caracterização de FALHA DA VENDEDORA.

8.3.1. Em qualquer hipótese de programação, a VENDEDORA deverá informar à COMPRADORA, até às 13:30h (treze horas e trinta minutos), o(s) PONTO(S) DE ENTRADA em que a QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) será nominada perante a TRANSPORTADORA para que seja entregue à COMPRADORA. Caso a VENDEDORA não forneça tal informação até este horário, a COMPRADORA considerará como PONTO DE ENTRADA definido na NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA.

8.4. Caso a VENDEDORA não se pronuncie nos prazos do item 8.2, consideram-se aceitas e confirmadas as QUANTIDADES DIÁRIAS SOLICITADAS (QDS) ou as alterações da QUANTIDADE DIÁRIA SOLICITADA (QDS) do correspondente DIA até o limite da QUANTIDADE DIÁRIA CONTRATADA (QDC).

8.5. A VENDEDORA se compromete a nominar perante a TRANSPORTADORA, a cada DIA, uma QUANTIDADE DE GÁS igual à QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) para o correspondente DIA.

8.6. Excepcionalmente, ocorrendo problemas operacionais que restrinjam a nomeação perante a TRANSPORTADORA da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), em determinado DIA, a VENDEDORA enviará NOTIFICAÇÃO comunicando o fato à COMPRADORA, sem que tal NOTIFICAÇÃO descaracterize a FALHA DA VENDEDORA.

8.7. As PARTES poderão estabelecer em cada NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA regras de programação diferentes daquelas previstas nesta CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO.

## **CLÁUSULA NONA – PONTOS DE ENTREGA**

9.1. O PONTO DE ENTREGA será definido na NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA conforme modelo previsto no Anexo I deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

9.2. A transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA à COMPRADORA ocorrerá no PONTO DE ENTREGA.

9.3. Todos os riscos e perdas de GÁS (i) a montante do PONTO DE ENTREGA serão de responsabilidade da VENDEDORA, e (ii) a jusante do PONTO DE ENTREGA serão de responsabilidade da COMPRADORA.

## **CLÁUSULA DEZ – MEDIÇÃO E ALOCAÇÃO**

10.1. Disposições Gerais.



10.1.1. As PARTES reconhecem que as regras gerais, limites, periodicidades e condições específicas a medição e alocação do GÁS estão estabelecidas nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, devendo, para todos os efeitos, prevalecer em relação a quaisquer regras gerais, limites, periodicidades e condições específicas estabelecidas neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS. Portanto, independente de quaisquer obrigações assumidas pelas PARTES no presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS em relação ao fornecimento de informações e realização de atividades técnicas que são de responsabilidade da TRANSPORTADORA nos CONTRATOS DE TRANSPORTE, as PARTES concordam que deverão seguir as regras, condições e limites impostos nos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

## **CLÁUSULA ONZE – QUALIDADE DO GÁS**

11.1. O GÁS a ser entregue pela VENDEDORA nas malhas de transporte e o GÁS recebido pela COMPRADORA, nos respectivos PONTOS DE ENTREGA, deverão apresentar características de qualidade que atendam, no mínimo, às especificações do Regulamento Técnico ANP Nº 002/2008, anexo à Resolução ANP Nº 16, de 17/06/2008, ou as que venham a substituí-las em razão de disposição normativa superveniente.

11.2. A determinação das características do GÁS entregue nos PONTOS DE ENTREGA será de responsabilidade do TRANSPORTADOR.

## **CLÁUSULA DOZE – PARADAS PROGRAMADAS**

12.1 Os compromissos assumidos pelas PARTES no âmbito deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS e das NOTIFICAÇÕES DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA não serão impactados em caso de Paradas Programadas por nenhuma das PARTES.

## **CLÁUSULA TREZE – FATURAMENTO**

13.1. Pelo fornecimento de GÁS pela VENDEDORA à COMPRADORA em um dado PERÍODO DE FORNECIMENTO ou MÊS, conforme o caso, o valor do faturamento será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$FAT = \sum_{d=1}^n QDA_d \times PG$$

Onde:

FAT	é o valor do faturamento, a ser pago pela COMPRADORA, na forma prevista neste CONTRATO.
$QDA_d$	é a QUANTIDADE DIÁRIA ALOCADA (QDA) no DIA “d”.
PG	é o PREÇO DO GÁS vigente no último dia do respectivo MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO, conforme o caso.
N	Corresponde ao total DIAS do respectivo MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO, conforme o caso.
d	Significa cada DIA do respectivo MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO, conforme o caso.

13.1.1. O valor a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA caso seja apurada QUANTIDADE NÃO ALOCADA RELATIVA À MOLÉCULA (QNAM) em determinado DIA, na forma do item 7.2, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:



$$FAT_{Q_{NAM}} = \sum_{d=1}^n Q_{NAM_d} \times PM$$

Onde:

$FAT_{Q_{NAM}}$	É o valor a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA caso sejam apuradas QUANTIDADES NÃO ALOCADAS RELATIVAS À MOLÉCULA (Q <sub>NAM</sub> ) em determinado MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO, conforme item 7.2 .
$Q_{NAM_d}$	É a QUANTIDADE NÃO ALOCADA RELATIVA À MOLÉCULA (Q <sub>NAM</sub> ) no DIA.
PM	é a PARCELA DA MOLÉCULA vigente no último dia do respectivo MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO, conforme o caso.
n	Corresponde ao total DIAS do respectivo MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO, conforme o caso.
d	Significa cada DIA do respectivo MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO, conforme o caso.

13.1.2.O valor a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA caso seja apurada QUANTIDADE NÃO ALOCADA RELATIVA AO TRANSPORTE (Q<sub>NAT</sub>) em determinado DIA, na forma do item 7.3, será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FAT_{Q_{NAT}} = \sum_{d=1}^n Q_{NAT_d} \times PT$$

Onde:

$FAT_{Q_{NAT}}$	É o valor a ser pago pela COMPRADORA à VENDEDORA caso sejam apuradas QUANTIDADES NÃO ALOCADAS RELATIVAS AO TRANSPORTE (Q <sub>NAT</sub> ) em determinado MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO, conforme item 7.3.
$Q_{NAT_d}$	É a QUANTIDADE NÃO ALOCADA RELATIVA AO TRANSPORTE (Q <sub>NAT</sub> ) no DIA.
PT	é a PARCELA DO TRANSPORTE vigente no último dia do respectivo MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO, conforme o caso.
N	Corresponde ao total DIAS do respectivo MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO, conforme o caso.
d	Significa cada DIA do respectivo MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO, conforme o caso.

13.1.3. Para fins dos itens 13.1, 13.1.1 e 13.1.2, o valor final a ser faturado, após o acréscimo dos tributos e encargos aplicáveis, sofrerá o ARREDONDAMENTO na segunda casa decimal.

#### 13.1.4. Periodicidade dos Faturamentos e outras Cobranças.

A cobrança de quaisquer valores devidos por qualquer PARTE, no âmbito do presente CONTRATO, será realizada MENSALMENTE ou ao término do PERÍODO DE



FORNECIMENTO, após o correspondente MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO a que se refiram, através da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

#### 13.1.5. Apresentação de DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser apresentados até o 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO a que se refiram.

#### 13.1.6. DOCUMENTOS DE COBRANÇA – Datas de vencimento.

Os valores dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA (inclusive DOCUMENTO DE COBRANÇA complementar) deverão ser pagos, em moeda corrente, até o 10º (décimo) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS ou PERÍODO DE FORNECIMENTO a que se refiram. Em caso de atraso na apresentação do DOCUMENTO DE COBRANÇA, a data de vencimento ficará prorrogada por prazo idêntico ao número de DIAS ÚTEIS de atraso, preservando o intervalo entre a data de apresentação e a data de vencimento das faturas.

#### 13.2. Tributos e Encargos.

13.2.1. O recolhimento dos tributos de qualquer natureza e encargos é de exclusiva responsabilidade do contribuinte assim definido na norma tributária apenas. Os tributos incidentes na comercialização do GÁS serão incluídos na fatura ou suportados pela COMPRADORA e destacados no DOCUMENTO DE COBRANÇA, devidamente identificados e adicionados ao valor faturado.

13.2.2. Se durante o prazo de vigência do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS ocorrer a criação de novos tributos, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda a extinção de tributos existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de tributos, ou, ainda, alterações no PONTO DE ENTREGA, que possam vir a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus da VENDEDORA, o valor faturado será revisto proporcionalmente à majoração ou redução ocorrida, compensando-se, na primeira oportunidade, a diferença decorrente das respectivas alterações.

13.2.3. A revisão prevista no item 13.2.2, para majorar o valor faturado, somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão da VENDEDORA, tal como a de modificação do estabelecimento remetente do GÁS, ou qualquer outra decisão de negócio exclusivamente tomada para atender a situação econômica da VENDEDORA.

13.2.4. O PREÇO DO GÁS será imediatamente ajustado, com vistas a expurgar o valor do tributo indevido, nos casos em que qualquer tributo que o componha deixar de ser devido, total ou parcialmente, em razão de: (i) ato declaratório do Procurador Geral de Fazenda Nacional, aprovado pelo Ministro de Estado da Economia, autorizando a não interposição de recurso ou a desistência de recurso interposto pela União; (ii) súmula vinculante; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) ou Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC); (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal; ou (v) habilitação ou enquadramento em regime de incentivo fiscal.

13.2.5. Caso ocorram atrasos no envio de informações necessárias ao faturamento ou erros (i) de medição de volume, (ii) de alocação, (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do GÁS, dentre outros, que venham a acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras obrigações pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao equívoco/erro, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA.



### 13.3. ENCARGOS MORATÓRIOS.

No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, o valor em atraso estará sujeito a atualização monetária com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV (ou outro índice que venha a substituí-lo), juros de mora de 1% (um por cento) ao MÊS, *pro rata temporis*, com ARREDONDAMENTO em 4 (quatro) casas decimais e considerando o período entre a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA e a do seu efetivo pagamento, além de multa moratória de 2% (dois por cento), calculados sobre o montante atualizado.

### 13.4. Cobranças Objeto de Controvérsia.

13.4.1. Havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra PARTE e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente DOCUMENTO DE COBRANÇA, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:

- (a) A PARTE que discordar deverá, até a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA: (i) enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia; (ii) efetuar pontualmente o pagamento da totalidade do valor previsto no DOCUMENTO DE COBRANÇA caso a controvérsia envolva qualquer questão relativa à PARCELA DE TRANSPORTE; ou (iii) reter o pagamento da parte controversa até a solução da controvérsia caso esta não envolva qualquer questão relativa à PARCELA DE TRANSPORTE..
- (b) Se a PARTE reclamada concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO informando a sua concordância, encerrando a controvérsia e dando plena quitação em relação ao montante controverso; e
- (c) se a PARTE reclamada não concordar com a PARTE reclamante, enviará NOTIFICAÇÃO de seu desacordo, e a controvérsia poderá ser submetida ao procedimento de solução de controvérsias previsto neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

13.4.2. Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma PARTE à outra, a PARTE que discordar da importância já paga enviará NOTIFICAÇÃO sobre a controvérsia à outra PARTE, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia. Serão aplicáveis, no que couber, os procedimentos descritos no item 13.4.1(b) e (c).

## **CLÁUSULA QUATORZE – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO**

14.1. Qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá EVENTO DE INADIMPLEMENTO de quaisquer das PARTES:

- (a) Insolvência, falência, liquidação ou a dissolução de qualquer das PARTES.
- (b) Violação da CLÁUSULA VINTE E UM – CONDUTA DAS PARTES e seus subitens.
- (c) O não pagamento, por qualquer das PARTES, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento, do valor não controverso correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que lhe seja apresentado pela outra PARTE em razão deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, se pela COMPRADORA, bem como quanto aos valores controversos, o não cumprimento por qualquer das PARTES do estabelecido no item



13.4.

- (d) O descumprimento substancial pelas PARTES das obrigações estabelecidas neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, formalizado pelo envio de NOTIFICAÇÃO da PARTE adimplente à PARTE inadimplente, caracterizando tal descumprimento.
- (e) A cessão parcial ou total a terceiros dos direitos e obrigações deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, em desacordo com a CLÁUSULA DEZESSETE – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES.
- (f) Perda, por culpa de qualquer das PARTES, de qualquer das licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento do objeto do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

14.2. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES dentre os listados nas alíneas (a) e (b) do item 14.1, a PARTE que esteja adimplente, poderá requerer a resolução do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS mediante envio de NOTIFICAÇÃO, com 10 (dez) DIAS de antecedência da data prevista para a resolução do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

14.3. Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES dentre os listados nas alíneas (c) a (f) no item 14.1, a PARTE que esteja adimplente, enviará NOTIFICAÇÃO à outra PARTE para que esta possa sanar tal inadimplemento no prazo de 15 (quinze) DIAS contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO.

14.4. Uma vez sanado qualquer EVENTO DE INADIMPLEMENTO NOTIFICADO conforme item 14.3, as obrigações das PARTES no TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS serão restabelecidas e as PARTES não mais terão o direito de resolver o TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS com base em tal inadimplemento.

14.5. Na hipótese do item 14.3 acima, a PARTE que esteja adimplente, poderá requerer a resolução do presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS desde que (i) tenha transcorrido o prazo de 30 (trinta) DIAS estabelecido no item 14.3 sem que o inadimplemento tenha sido sanado; e (ii) mediante envio de NOTIFICAÇÃO à PARTE inadimplente, com no mínimo 10 (dez) DIAS de antecedência da data prevista para resolução do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

14.6. Na hipótese de resolução deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE, como indenização única e aplicável, o valor o Valor de Indenização da Resolução (VIR), conforme previsto na NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA que esteja em vigor. As PARTES que tal valor representa a totalidade de indenização exigível da PARTE inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente.

14.6.1. A PARTE adimplente emitirá DOCUMENTO(S) DE COBRANÇA à PARTE(S) inadimplente(s) com o valor correspondente à indenização por resolução do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS prevista no item 14.8 e subitens, detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 30 (trinta) DIAS após a data de sua emissão.

14.7. Adicionalmente às hipóteses previstas nesta Cláusula, o presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS poderá ser resiliado sem ônus para qualquer PARTE na forma do item 3.2 deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

14.8. A resolução deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, nos termos previstos nesta



Cláusula, não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução e tampouco prejudicará ou afetará as previsões deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS sobre sigilo e confidencialidade, incidências tributárias, solução de controvérsias, conduta das PARTES e as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução

14.9. O inadimplemento de qualquer das PARTES em quaisquer outros contratos celebrados por elas não será considerado inadimplemento no TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS nem ocasionará a sua resolução, a aplicação de penalidade de qualquer natureza ou a suspensão de quaisquer obrigações aqui previstas.

## **CLÁUSULA QUINZE – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR**

15.1. Caracteriza-se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com estrita observância do Artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

- (a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da PARTE AFETADA;
- (b) a PARTE AFETADA, e/ou suas AFILIADAS, não tenham concorrido direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- (c) a atuação da PARTE AFETADA, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e
- (d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, total ou parcial, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

### **15.2. Abrangência.**

Sem prejuízo da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR qualquer um dos eventos listados abaixo, desde que verificados os requisitos desta Cláusula:

- (a) Ato de atentado público, vandalismo ou terrorismo, guerra declarada ou não, ameaça de guerra, revolução, guerrilha, insurreição, comoção civil, tumulto, rebelião, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de emergência ou lei marcial, embargo ou bloqueio econômico.
- (b) Ato de sabotagem, de terrorismo, de vandalismo ou de destruição accidental de instalações, ainda que parcial, da PARTE AFETADA ou de seus contratados, desde que sem culpa deles.
- (c) Cataclismos, raios, terremotos, tornados, tempestades, incêndios, inundações, explosões e eventos meteorológicos excepcionais e imprevisíveis.
- (d) a entrada em vigor de LEI nova ou modificação, suspensão ou revogação de qualquer LEI em vigor, na forma do ordenamento jurídico brasileiro, após a data de assinatura do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS que afete de forma substancial e adversa o cumprimento das obrigações previstas neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS por qualquer das PARTES.



- (e) Desapropriação, confisco, aquisição compulsória, ou nacionalização de todos ou de parcela substancial dos ativos da PARTE AFETADA por qualquer órgão público que tenha competência sobre as PARTES ou sobre as operações previstas neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.
- (f) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de produção, processamento, escoamento, terminais, ou transporte do necessário para atendimento deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.
- (g) um comprovado e documentado evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete o sistema de distribuição da COMPRADORA necessário para o recebimento do GÁS.

### 15.3. Eventos excluídos.

Apenas a título meramente exemplificativo, as PARTES concordam que os eventos abaixo relacionados não serão considerados como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR:

- (a) Greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA.
- (b) Alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA, bem como a alteração das condições de mercado para comercialização do GÁS em geral.
- (c) Qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados.
- (d) Falha ou atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela PARTE AFETADA nestes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.
- (e) Mudança de LEI, exceto mudanças que que afete de forma substancial e adversa o cumprimento das obrigações previstas neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS por qualquer das PARTES, conforme item 15.2 (d).
- (f) Eventos de caso fortuito ou força maior que afetem de forma geral as condições de mercado e de logística e não especificamente as atividades necessárias para o cumprimento deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.
- (g) atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela PARTE AFETADA neste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, exceto se comprovado que o atraso por parte dos prestadores de serviços contratados ou subcontratados decorreu diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

15.3.1. A isenção de responsabilidade prevista nesta Cláusula somente se aplicará às obrigações da PARTE AFETADA cujo cumprimento tenha sido comprovada e diretamente afetado pelo evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR. A ocorrência de um evento de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR não eximirá a PARTE AFETADA do cumprimento de obrigações que tenham se tornado devidas e exigíveis antes da sua ocorrência.



#### 15.4. Procedimentos em ocorrências de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deverão ser adotadas pela PARTE AFETADA as seguintes medidas:

- (a) Informar sobre a ocorrência do evento e enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE e, tão logo quanto possível, apresentar as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas, pela PARTE AFETADA, para remediar ou mitigar as consequências de tal evento.
- (b) Adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS o mais brevemente possível.
- (c) Manter a outra PARTE informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação.
- (d) Prontamente enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE da cessação do evento e de suas consequências.
- (e) Permitir à outra PARTE, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar.
- (f) Complementar posteriormente a informação de que trata o item 15.4 (a) com a comprovação da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da PARTE AFETADA.
- (g) Sendo a PARTE AFETADA a VENDEDORA: não tratar a COMPRADORA de forma discriminatória com relação a outros clientes aplicando-lhe uma redução no fornecimento de GÁS de forma equitativa com os demais clientes, na hipótese de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afete a capacidade da VENDEDORA de entregar GÁS natural a diversos de seus clientes atendidos pelo mesmo sistema ou modal transporte de GÁS empregado para fins deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

15.4.1. Caso a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 15.4 (a) seja enviada em até 72 (setenta e duas) horas contadas do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações das PARTES em decorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

15.4.2. Na hipótese de a NOTIFICAÇÃO ser enviada após o prazo previsto no item 15.4.1, os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR somente se produzirão a partir da data do recebimento da NOTIFICAÇÃO.

#### 15.5. Obrigações não afetadas.

Nenhum CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá as PARTES de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, em especial as obrigações de pagar as importâncias em dinheiro devidas no TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

#### 15.6. Efeitos nos TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

Com a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais, na medida e na extensão em que diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos deste TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, bem como exoneradas de qualquer responsabilidade pela falta ou atraso no cumprimento das obrigações que sejam diretamente atribuíveis ao CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

#### 15.7. A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue pela VENDEDORA em função



de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR será abatida dos compromissos de retirada e de fornecimento do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

15.8. Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR enquanto perdurar a controvérsia, o evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR produzirá seus efeitos sobre as obrigações do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

15.9. Caso a SENTENÇA ARBITRAL determine que não ocorreu o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ou a PARTE que a alegou mude seu entendimento, a PARTE que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

## **CLÁUSULA DEZESSEIS – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS**

16.1. O TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS será regido pelas leis brasileiras.

Diante de quaisquer controvérsias oriundas do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS ou a ele relacionadas, as PARTES deverão observar o seguinte procedimento:

### **16.2. MEDIAÇÃO.**

- a) Antes de instaurar procedimento de ARBITRAGEM, deverá ser instaurado um procedimento de MEDIAÇÃO, a ser iniciado por qualquer uma das PARTES. Tal MEDIAÇÃO será administrada pela CÂMARA e instaurada e realizada na forma do regulamento de MEDIAÇÃO da CÂMARA e da Lei 13.140/15.
- b) O mediador deverá ser escolhido de comum acordo pelas PARTES nos termos do regulamento de MEDIAÇÃO da CÂMARA. Caso as PARTES não cheguem a um consenso sobre a nomeação do mediador, a escolha deverá ser feita pela CÂMARA, nos termos do seu regulamento de MEDIAÇÃO.
- c) A primeira reunião de MEDIAÇÃO deverá ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) DIAS corridos, contados da nomeação do mediador, e deverá ser realizada na cidade de Salvador, Estado da Bahia, Brasil.

### **16.3. ARBITRAGEM.**

16.3.1. A ARBITRAGEM será conduzida de acordo com o regulamento de arbitragem da CÂMARA, exceto naquilo que tais regras estiverem em conflito com qualquer disposição do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, hipótese na qual prevalecerão as disposições do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, e será realizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

16.3.2. A ARBITRAGEM será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes.

16.3.3. O idioma de ARBITRAGEM e da sua decisão será o português.

16.3.4. Os ÁRBITRO(S) serão nomeados da seguinte forma:

- (i) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída não exceda o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por ÁRBITRO



ÚNICO. A Secretaria da Câmara solicitará às PARTES que nomeiem, no prazo de 15 (quinze) DIAS, o ÁRBITRO ÚNICO para atuar no procedimento arbitral. O ÁRBITRO ÚNICO deverá ser indicado por consenso entre as PARTES. Não havendo consenso, a Diretoria da Câmara encaminhará lista composta de 5 (cinco) nomes para que as PARTES procedam da seguinte forma:

- (a) cada PARTE deverá, separadamente, no prazo comum de 5 (cinco) DIAS ÚTEIS, apresentar manifestação observando o que se segue: (i) cada PARTE poderá retirar da lista até 2 (dois) profissionais em relação aos quais tenha eventual objeção, sem necessidade de justificativa; (ii) os nomes dos profissionais remanescentes devem ser apresentados em ordem de preferência para indicação de ÁRBITRO ÚNICO (ex.: um ponto para o primeiro nome de preferência, dois pontos para o segundo nome de preferência e assim por diante);
  - (b) recebidas as listas com as ordens de preferência das PARTES, cada profissional terá sua pontuação somada, de acordo com a ordem de preferência apresentada por cada uma das PARTES; e
  - (c) o profissional indicado que obtiver a menor pontuação dentre a soma das ordens de preferência será nomeado o ÁRBITRO ÚNICO. Em caso de empate, caberá ao presidente da CÂMARA apontar o ÁRBITRO ÚNICO.
- (ii) Caso o valor em disputa na ARBITRAGEM a ser instituída exceda o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), no momento da comunicação de requerimento de sua instauração, a ARBITRAGEM deverá ser conduzida e julgada por um TRIBUNAL ARBITRAL, a ser constituído por 3 (três) membros, observando-se as seguintes disposições:
- (a) A PARTE que queira suscitar a controvérsia apresentará requerimento de instauração de arbitragem à CÂMARA, nos termos do Regulamento de Arbitragem da CÂMARA, indicando o objeto da controvérsia e informando o nome de seu ÁRBITRO ("PRIMEIRO ÁRBITRO").
  - (b) Dentro de 14 (quatorze) DIAS do recebimento da notificação da CÂMARA nesse sentido, a outra PARTE responderá o pedido de instauração da arbitragem e indicará o nome de seu ÁRBITRO ("SEGUNDO ÁRBITRO").
  - (c) Dentro de 14 (quatorze) DIAS da nomeação do SEGUNDO ÁRBITRO, ambos os ÁRBITROS elegerão um terceiro árbitro ("TERCEIRO ÁRBITRO"), que presidirá os trabalhos.
  - (d) Se não houver consenso sobre o TERCEIRO ÁRBITRO, sua indicação ficará a cargo da CÂMARA.

16.3.5. Na hipótese de as Regras do Regulamento de Arbitragem da CÂMARA serem omissas quanto a quaisquer aspectos procedimentais, as omissões serão supridas pelo TRIBUNAL ARBITRAL ou ÁRBITRO ÚNICO, conforme o caso, por referência, nesta ordem:

- (a) À Lei Nº 9.307 de 23/09/1996, que dispõe sobre a arbitragem.
- (b) Ao Código de Processo Civil Brasileiro.

16.3.6. No prazo de 60 (sessenta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES, os TRIBUNAL ARBITRAL apresentará a SENTENÇA ARBITRAL. No caso de ARBITRAGEM com ÁRBITRO ÚNICO, este apresentará a SENTENÇA ARBITRAL em até 30 (trinta) DIAS contados da apresentação das alegações finais das PARTES.



16.3.7. A SENTENÇA ARBITRAL deverá atender todos os requisitos da Lei Nº 9.307 de 23/09/1996 e detalhará e qualificará as responsabilidades da(s) PARTE(S), bem como indicará a fração dos honorários e despesas e custos de ARBITRAGEM imputados a cada PARTE. Será emitida por escrito no Brasil e será vinculante para as PARTES. Será irrecorrível, observados os termos da LEI.

16.3.8. Não obstante o disposto nesta Cláusula, cada uma das PARTES se reserva ao direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de:

- (a) Assegurar a instituição da ARBITRAGEM.
- (b) Obter medidas cautelares de proteção de direitos, previamente à instituição da ARBITRAGEM, devendo, não obstante tal fato, o mérito da questão ser decidido em ARBITRAGEM, sendo que qualquer procedimento neste sentido não será considerado como ato de renúncia à ARBITRAGEM.
- (c) Executar qualquer decisão da ARBITRAGEM, inclusive, mas não exclusivamente, da SENTENÇA ARBITRAL.
- (d) Pleitear a nulidade da SENTENÇA ARBITRAL, nas hipóteses permitidas em LEI.

#### 16.4. Foro.

Na hipótese de as PARTES recorrerem ao Poder Judiciário, quando permitido por este TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, as PARTES poderão recorrer ao foro da Cidade de Salvador, Estado da Bahia; ou (ii) ao foro onde a medida será efetivada, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

### **CLÁUSULA DEZESSETE – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

17.1. Os TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser cedido, empenhado ou de outra forma gravado, salvo (i) com o consentimento por escrito da outra PARTE ou (ii) caso a cessão total do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS seja realizada a uma AFILIADA da PARTE cedente.

### **CLÁUSULA DEZOITO – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO**

18.1. Para todos os efeitos legais derivados do TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS serão considerados como NOTIFICAÇÃO qualquer comunicação entre as PARTES cujo recebimento possa ser provado pela PARTE emitente de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta ou qualquer outro meio de comunicação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento. As PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios, locais onde serão válidas todas as NOTIFICAÇÕES, efetuadas por escrito, relacionadas ao TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS:

#### (a) BAHIAGÁS

Avenida Prof. Magalhães Neto, 1.838, Pituba, Salvador/BA  
CEP: 41.810-012  
A/C: Gerência de Suprimento de Gás e de Mercado  
Correios eletrônicos (e-mails): mercado\_gas@bahiagas.com.br

#### (b) ENEVA S.A.



Praia de Botafogo, 501, Bloco I, 2º e 4º andares, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro,  
CEP 22250-040A/C: Gerência Comercial  
Correios eletrônicos (e-mails): [eneva.gasnatural@eneva.com.br](mailto:eneva.gasnatural@eneva.com.br);  
[brian.kregten@eneva.com.br](mailto:brian.kregten@eneva.com.br);

18.2. Serão válidas ainda como NOTIFICAÇÃO quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma PARTE a outra PARTE, mediante telefonema gravado, ou comunicação eletrônica, em qualquer caso, com confirmação de recebimento, desde que realizadas entre as centrais operacionais das PARTES, conforme a seguir:

(a) BAHIAGÁS

Avenida Prof. Magalhães Neto, 1.838, Pituba, Salvador/BA  
CEP: 41.810-012  
Plantão Emergencial: (71) 3632-3422 / (71) 99138-9000  
Correios eletrônicos (e-mails): [programacao\\_gas@bahiagas.com.br](mailto:programacao_gas@bahiagas.com.br);  
[mercado\\_gas@bahiagas.com.br](mailto:mercado_gas@bahiagas.com.br)

(c) ENEVA S.A.

Praia de Botafogo, 501, Bloco I, 2º e 4º andares, Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro,  
CEP 22250-040  
Plantão Emergencial:  
(21) 3721-3230 / (21) 3721-3231 / (21) 99810-0710  
Correios eletrônicos (e-mails):  
[eneva.gasnatural@eneva.com.br](mailto:eneva.gasnatural@eneva.com.br);  
[brian.kregten@eneva.com.br](mailto:brian.kregten@eneva.com.br); [carlos.araujo@eneva.com.br](mailto:carlos.araujo@eneva.com.br);  
[guilherme.machado@eneva.com.br](mailto:guilherme.machado@eneva.com.br); e [valeria.santana@eneva.com.br](mailto:valeria.santana@eneva.com.br)

18.3. Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante NOTIFICAÇÃO transmitida à outra PARTE.

18.4. Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS de forma diversa.

18.5. Para os fins dos termos e condições dispostos na CLÁUSULA OITAVA – PROGRAMAÇÃO, as PARTES deverão disponibilizar um setor de atendimento mútuo, em funcionamento contínuo durante todos os DIAS, durante o período de 8h (oito horas) até as 18h (dezoito horas).

## **CLÁUSULA DEZENOVE – SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

19.1. As PARTES obrigam-se, pelo prazo de duração dos TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS e suas eventuais prorrogações e adicionalmente 5 (cinco) anos após o seu término, a manter sob sigilo o presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, bem como todas as informações referentes a qualquer aspecto do presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, que lhe forem transmitidas ou obtidas em razão deste.

19.2. As PARTES se responsabilizam, para fins de sigilo, pelas informações referentes a qualquer aspecto do presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS divulgadas por seus administradores, empregados, prestadores de serviços, prepostos a qualquer título,



comitentes.

19.3. São consideradas sigilosas e confidenciais todas as informações fornecidas, independentemente de expressa menção quanto ao sigilo e confidencialidade das mesmas

19.4. O descumprimento da obrigação de sigilo e confidencialidade importará em qualquer hipótese, na responsabilidade civil por perdas e danos que a PARTE infratora venha a causar à outra PARTE. Em nenhuma hipótese as PARTES serão responsabilizadas por perdas e danos indiretos e lucros cessantes.

19.5. Só serão legítimos como motivos de exceção à obrigatoriedade de sigilo, a ocorrência de descumprimento nas seguintes hipóteses:

- (a) a informação já era conhecida anteriormente às tratativas de contratação, sejam elas diretas ou através de procedimento legal.
- (b) ter havido prévia e expressa anuência da PARTE.
- (c) a informação foi comprovadamente obtida por outra fonte, de forma legal e legítima, independentemente do presente TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.
- (d) a determinação judicial, legal e/ou solicitação de órgão público que quaisquer das PARTES estejam subordinadas ou vinculadas, desde que requerido segredo de justiça no seu trato judicial e/ou administrativo, devendo ainda a PARTE que divulgou a informação dar ciência à outra PARTE.
- (e) para qualquer órgão público, desde que exigido por LEI.

## **CLÁUSULA VINTE – NOVAÇÃO**

20.1. Na eventualidade de uma das PARTES deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, tal prática não constituirá novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer renúncia a um direito estabelecido no TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito da PARTE renunciante.

## **CLÁUSULA VINTE E UM – CONDOTA DAS PARTES**

21.1. Em relação às operações, serviços e outras atividades relativas a este CONTRATO:

21.2. Cada PARTE declara, garante e se compromete que nem ela nem os membros do seu “Grupo” (i) realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como (ii) realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade pública ou privada, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento violar as leis anticorrupção aplicáveis, incluindo a Lei Brasileira nº 12.846/13 (“LEIS ANTICORRUPÇÃO”). Para os efeitos desta cláusula, “Grupo” significa, em relação a cada uma das PARTES, suas controladoras, controladas, sociedades sob controle comum, seus administradores, diretores, prepostos, empregados, subcontratados, representantes e agentes.

21.2.1. Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e suas AFILIADAS



cumprirão as LEIS ANTICORRUPÇÃO.

21.2.2. Adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CONTRATO, cada PARTE declara e garante que ela e os membros do seu Grupo (i) não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou dissimularam a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e (ii) cumprirão as demais normas referentes à lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se limitando, as condutas descritas na Lei 9.613/98 e demais legislações aplicáveis à PARTE.

21.2.3. Cada PARTE declara, garante e se compromete que nem ela nem os membros do seu Grupo (i) pagaram ou pagarão, direta ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE, e (ii) ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE, qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este CONTRATO.

21.2.4. Cada PARTE declara, garante e se compromete que não utilizou ou utilizará broker, agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução do presente CONTRATO ou em qualquer assunto relacionado a este CONTRATO, quando a utilização de tal broker, agente, consultor ou intermediário faça com que a PARTE viole os compromissos assumidos nos itens 21.2.2 e 21.2.3 ou quando as ações de tal broker, agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração desta CLÁUSULA VINTE E UM – CONDUTA DAS PARTES.

21.2.5. As PARTES declaram, garantem e se comprometem que possuem políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às LEIS ANTICORRUPÇÃO.

21.3. Cada PARTE deverá: (i) manter controles internos adequados relacionados às suas obrigações previstas nos itens 21.2.1, 21.2.2 e 21.2.4; (ii) elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à PARTE; (iii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da PARTE, de forma que reflitam, correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável, os ativos e os passivos da PARTE; (iv) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da vigência do CONTRATO e (v) cumprir a legislação aplicável.

21.4. Cada PARTE deverá defender, indenizar e manter a outra PARTE isenta de responsabilidade em relação a reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente decorrentes de qualquer descumprimento desta Cláusula pela PARTE indenizadora e suas AFILIADAS.

21.5. Cada PARTE declara e garante que reportará à outra PARTE qualquer solicitação ou oferta, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por qualquer PARTE ou suas AFILIADAS para a PARTE notificante.

21.6. Cada PARTE deverá proibir e garantir que não empregará nem usará qualquer forma de trabalho forçado, escravo ou compulsório, outras formas de escravidão, ESCRAVIDÃO MODERNA, tráfico de pessoas ou as PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL, e tomará as medidas apropriadas para garantir que não haja nenhuma forma de ESCRAVIDÃO MODERNA empregada ou usada em seus negócios ou em suas cadeias de suprimentos.

21.7. Cada PARTE notificará imediatamente qualquer instância motivos para suspeitar de ESCRAVIDÃO MODERNA, PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL ou trabalho



infantil na força de trabalho de cada PARTE ou de sua cadeia de suprimentos.

## **CLÁUSULA VINTE E DOIS – DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **22.1. Nulidade das cláusulas dos TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.**

22.1.1. Se qualquer disposição destes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as LEIS em vigor durante a vigência destes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, tal disposição será considerada completamente independente dos TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS. Estes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS serão interpretados e executados como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

22.1.2. Na hipótese do item 22.1.1, as PARTES, através de aditivos aos TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverá aproximar-se do que as PARTES entendam ser a disposição original e a sua finalidade.

### **22.2. Modificação das cláusulas dos TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.**

Estes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS não poderão ser alterados senão por termo aditivo assinado por todas as PARTES.

### **22.3. Declarações e garantias.**

As PARTES declaram e garantem reciprocamente que, na data de celebração dos TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS:

- (a) Possuem plenos poderes para celebrar os presentes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS e todos os demais instrumentos nele mencionados, bem como para assumir validamente e cumprir integralmente todas as obrigações deles decorrentes.
- (b) As pessoas naturais que assinam os presentes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS na qualidade de representantes legais encontram-se plenamente autorizadas a fazê-lo, sem qualquer reserva ou limitação e sem a necessidade de obtenção de qualquer autorização legal, contratual ou estatutária que, nesta data, ainda não tenha sido obtida.
- (c) A celebração destes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS e/ou o cumprimento das obrigações nele contempladas não entram em conflito com (i) qualquer dispositivo dos respectivos contratos ou estatutos sociais das PARTES; (ii) qualquer dispositivo de natureza administrativa ou legal aplicável às PARTES; e/ou (iii) qualquer determinação, intimação, decisão ou ordem emitida por qualquer autoridade que possa afetar, direta ou indiretamente, a capacidade das PARTES de celebrar e cumprir as disposições dos presentes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.
- (d) A VENDEDORA obteve todas as licenças necessárias e dispõe, por conta própria ou por meio de contratações de terceiros, do gás natural, bem como da capacidade de produção, transporte, liquefação, regaseificação, processamento, estocagem, acesso a terminais marítimos e frota naval necessários para o cumprimento desses TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, durante todo o seu prazo.

### **22.4. Cuidado com o meio ambiente**

As PARTES se comprometem a observar as normas legais e regulatórias aplicáveis ao objeto



destes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, além de envidar esforços para a adoção das melhores práticas da indústria internacional de gás natural e obediência às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, visando à garantia de:

- (a) segurança operacional, através do emprego de métodos e processos que assegurem a segurança ocupacional, a saúde do trabalhador e a prevenção de acidentes operacionais;
- (b) preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, através da adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais e controle de emissões atmosféricas;
- (c) estímulo ao uso racional e eficiente do gás natural; e
- (d) mitigação dos impactos ao meio ambiente e as populações locais quando da realização de obras e intervenções.

22.4.1 Anualmente, caso solicitado pela COMPRADORA, a VENDEDORA deverá fornecer informações sobre práticas ASG (Ambiental, Social e Governança) mediante o preenchimento de formulário a ser disponibilizado pela COMPRADORA.

## 22.5. Completude dos TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

Estes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS representam o acordo final das PARTES tendo sido livremente negociado e redigido pelas PARTES em conjunto, com assessoria profissional, substituindo todos acordos e manifestações prévias das PARTES com relação ao seu objeto.

## 22.6. Sobrevivência.

Em qualquer hipótese de término dos presentes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS (antecipado ou não), as PARTES acordam, desde já, que as CLÁUSULA DEZESSEIS – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS e CLÁUSULA VINTE – NOVAÇÃO deverão sobreviver ao término dos TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, permanecendo exigíveis e em pleno vigor os termos e condições ali dispostos, durante os prazos respectivamente previstos em tais dispositivos.

## 22.7. Valor estimado dos TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS.

22.7.1. As PARTES concordam que o valor total estimado será calculado com base nas condições da NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA para cada PERÍODO DE FORNECIMENTO.

## 22.8. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

22.8.1. As PARTES devem estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18) - LGPD, assumindo, de forma ilimitada perante a outra PARTE, toda e qualquer responsabilidade por violação à legislação de proteção de dados e privacidade decorrente dos tratamentos que realizarem, diretamente ou por intermédio de outrem.

22.8.2. No caso de ter havido ou haver tratamento de dados pessoais em decorrência da negociação e execução do objeto destes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, as PARTES se obrigam a atuar em estrita observância e cumprimento da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e demais diplomas legais vigentes e/ou que vierem a vigor sobre o tema de proteção de dados pessoais aplicáveis, assumindo cada parte a responsabilidade pelos tratamentos de dados pessoais que realizarem para as suas próprias finalidades no contexto destes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, sendo ainda responsável por eventuais danos diretos que tiver causado, desde que evidenciados, em razão de violação à legislação de proteção de dados e privacidade decorrente dos tratamentos de dados pessoais que cada



PARTE realizar, diretamente ou por intermédio de outrem, no âmbito da negociação e execução destes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS. Para os fins destes TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS, os termos "tratamento" e "dados pessoais" terão os significados que lhes são atribuídos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, conforme alterada ou substituída de tempos em tempos.

### **CLÁUSULA VINTE E TRÊS – CONCORDÂNCIA DAS PARTES**

23.1. Nos termos da legislação vigente, as PARTES expressamente concordam em utilizar e reconhecem como válida a comprovação de anuência aos termos ora acordados em formato eletrônico, incluindo assinaturas eletrônicas em plataforma eleita pelas PARTES, ainda que não utilizem de certificado digital emitido no padrão ICP-Brasil. A formalização das avenças na maneira supra acordada será suficiente para a validade e integral vinculação das PARTES ao presente instrumento.

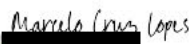
Salvador, 30 de junho de 2025

### **COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS**

Nome: Luiz Raimundo Barreiros Gavazza  
Cargo: Diretor Presidente

Nome: Larisse Karina Stelitano Gonsalves de Oliveira  
Cargo: Diretor Técnico e Comercial

### **ENEVA S.A.**

DocuSigned by:  
  
Nome: Marcelo Cruz Lopes  
Cargo: Diretor de Marketing, Comercialização e Novos Negócios

DocuSigned by:  
  
Nome: Marcelo Habibe  
Cargo: Diretor de Finanças e Relações Investidores

### **TESTEMUNHAS:**

DocuSigned by:  
  
Nome: Brian Van Kregten

Nome: Makyo de Araújo Félix



**ANEXO I****MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA**

DATA	
NÚMERO	

**1. QUALIFICAÇÃO DAS PARTES**

	COMPRADORA	VENDEDORA
RAZÃO SOCIAL		
CNPJ		
EMAIL		

**2. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

PERÍODO DE FORNECIMENTO	Das 00h00 de [●] até às 24h de [●]	
QDC	[●] (m³/dia)	
PONTO DE ENTREGA	MUNICÍPIO	GASODUTO
	[●]	[●]

**3. CONDIÇÕES COMERCIAIS**

PREÇO DA MOLÉCULA (PM)	
PREÇO DO TRANSPORTE (PT)	
PREÇO DO GÁS (PG = PM + PT)	[●] (R\$/m³)
VALOR TOTAL DA NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA	[●] (R\$/m³)
VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR)	[●] (R\$/m³)
% DA QDC PARA APURAÇÃO DAS QUANTIDADES DIÁRIAS NÃO ALOCADAS RELATIVAS À MOLÉCULA (ITEM 7.2 DOS TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS)	X=



% ADICIONAL PARA DETERMINAÇÃO DA PENALIDADE POR FALHA DA VENDEDORA	Y=
PROGRAMAÇÃO, CASO APLICÁVEL (ITEM 6.2.1 DOS TERMOS E CONDIÇÕES GERAIS)	

#### 4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

--

#### 5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. A presente NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA constitui parte integrante e indissociável dos Termos e Condições Gerais celebrado entre as Partes.
5.2. Expressões e definições usadas na presente NOTIFICAÇÃO DE OPERAÇÃO DE COMPRA E VENDA deverão ter o significado atribuído nos Termos e Condições Gerais.

#### 6. ASSINATURAS



Salvador, xx de xxxx de xxxx.

**ENEVA S.A.**

\_\_\_\_\_  
[nome]  
[cargo]

\_\_\_\_\_  
[nome]  
[cargo]

**COMPANHIA DE GÁS DA BAHIA – BAHIA GÁS**

\_\_\_\_\_  
[nome]  
[cargo]

\_\_\_\_\_  
[nome]  
[cargo]

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:



**Certificado de conclusão**

Assunto: Conclua com o DocuSign: TCG SPOT BAHIA GÁS e ENEVA.pdf			Estado: Concluído
Luiz Henrique:			
Envelope de origem:			
Página do documento: 34	Assinaturas: 3	Autor do envelope:	
Certificar páginas: 8	Iniciais: 31	Carlos Araujo	
Assinatura guiada: Ativada			PRAIA DE BOTAFOGO
Selo do ID do envelope: Ativada			Rio De Janeiro, RJ 501
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília			carlos.araujo@eneva.com.br

**Controlo de registos**

Estado: Original	Titular: Carlos Araujo	Local: DocuSign
04/07/2025 14:10:41	carlos.araujo@eneva.com.br	

**Eventos do signatário**

Assinatura	Carimbo de data/hora
Lucas Mefano lucas.mefano@eneva.com.br Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)	Enviado: 04/07/2025 14:18:46 Visualizado: 04/07/2025 14:23:23 Assinado: 04/07/2025 14:23:47
Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado	

**Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:**  
Não disponível através do DocuSign

Brian Van Kregten brian.kregten@eneva.com.br ENEVA S.A. Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)	DocuSigned by: Brian Van Kregten Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado	Enviado: 04/07/2025 14:23:51 Visualizado: 04/07/2025 15:18:00 Assinado: 04/07/2025 15:18:18
--	---	---

**Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:**  
Não disponível através do DocuSign

Marcelo Campos Habibe marcelo.habibe@eneva.com.br CFO ENEVA Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)	DocuSigned by: Marcelo Campos Habibe Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado	Enviado: 04/07/2025 14:23:51 Visualizado: 04/07/2025 14:57:08 Assinado: 04/07/2025 14:57:13
---	---	---

**Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:**  
Aceite: 04/07/2025 14:57:08

Marcelo Cruz Lopes marcelo.lopes@eneva.com.br Diretor Executivo ENEVA Nível de segurança: Correio eletrónico, Autenticação de conta (Nenhuma)	DocuSigned by: Marcelo Cruz Lopes Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado	Enviado: 04/07/2025 14:23:51 Visualizado: 04/07/2025 15:05:29 Assinado: 04/07/2025 15:05:38
---	--	---

**Aviso legal de registos e assinaturas eletrónicos:**  
Aceite: 08/05/2024 17:11:38



Eventos de signatário presencial	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de entrega do editor	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de entrega do agente	Estado	Carimbo de data/hora
Julia Babo julia.babo@eneva.com.br Nível de segurança: Correio eletrônico, Autenticação de conta (Nenhuma)	<b>Endereçado e visualizado</b>  Utilizar o endereço IP: ████████████████████  Preenchido através de dispositivo móvel	Enviado: 04/07/2025 14:15:28 Visualizado: 04/07/2025 14:16:26 Concluído: 04/07/2025 14:18:46
Aviso legal de registos e assinaturas eletrônicos: Aceite: 04/07/2025 14:16:26 ████████████████████		
Evento de entrega do intermediário	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de entrega certificada	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos de cópia	Estado	Carimbo de data/hora
Eventos relacionados com a testemunha	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de notário	Assinatura	Carimbo de data/hora
Eventos de resumo de envelope	Estado	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptado	04/07/2025 14:15:28
Envelope atualizado	Segurança verificada	04/07/2025 14:18:46
Envelope atualizado	Segurança verificada	04/07/2025 14:18:46
Entrega certificada	Segurança verificada	04/07/2025 15:05:29
Processo de assinatura concluído	Segurança verificada	04/07/2025 15:05:38
Concluído	Segurança verificada	04/07/2025 15:18:18
Eventos de pagamento	Estado	Carimbo de data/hora
Aviso legal de registos e assinaturas eletrônicos		

Este documento foi assinado digitalmente por Luiz Raimundo Barreiros Gavazza e Larisse Karina Stelitano Gonsalves De Oliveira. Este documento foi assinado eletronicamente por Makyo de Araujo Felix



## **ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE**

From time to time, ENEVA S.A. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through your DocuSign, Inc. (DocuSign) Express user account. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to these terms and conditions, please confirm your agreement by clicking the 'I agree' button at the bottom of this document.

### **Getting paper copies**

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. For such copies, as long as you are an authorized user of the DocuSign system you will have the ability to download and print any documents we send to you through your DocuSign user account for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

### **Withdrawing your consent**

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

### **Consequences of changing your mind**

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. To indicate to us that you are changing your mind, you must withdraw your consent using the DocuSign 'Withdraw Consent' form on the signing page of your DocuSign account. This will indicate to us that you have withdrawn your consent to receive required notices and disclosures electronically from us and you will no longer be able to use your DocuSign Express user account to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

### **All notices and disclosures will be sent to you electronically**

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through your DocuSign user account all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

### **How to contact ENEVA S.A.:**



You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

#### **To advise ENEVA S.A. of your new e-mail address**

To let us know of a change in your e-mail address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at and in the body of such request you must state: your previous e-mail address, your new e-mail address. .

In addition, you must notify DocuSign, Inc to arrange for your new email address to be reflected in your DocuSign account by following the process for changing e-mail in DocuSign.

#### **To request paper copies from ENEVA S.A.**

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an e-mail to and in the body of such request you must state your e-mail address, full name, US Postal address, and telephone number.

#### **To withdraw your consent with ENEVA S.A.**

To inform us that you no longer want to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your DocuSign account, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an e-mail to and in the body of such request you must state your e-mail, full name, IS Postal Address, telephone number, and account number. . .

#### **Required hardware and software**

Operating Systems:	Windows2000? or WindowsXP?
Browsers (for SENDERS):	Internet Explorer 6.0? or above
Browsers (for SIGNERS):	Internet Explorer 6.0?, Mozilla FireFox 1.0, NetScape 7.2 (or above)
Email:	Access to a valid email account
Screen Resolution:	800 x 600 minimum
Enabled Security Settings:	<ul style="list-style-type: none"><li>• Allow per session cookies</li><li>• Users accessing the internet behind a Proxy Server must enable HTTP 1.1 settings via proxy connection</li></ul>

\*\* These minimum requirements are subject to change. If these requirements change, we will provide you with an email message at the email address we have on file for you at that time providing you with the revised hardware and software requirements, at which time you will have the right to withdraw your consent.

#### **Acknowledging your access and consent to receive materials electronically**



To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please verify that you were able to read this electronic disclosure and that you also were able to print on paper or electronically save this page for your future reference and access or that you were able to e-mail this disclosure and consent to an address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format on the terms and conditions described above, please let us know by clicking the 'I agree' button below.

By checking the 'I Agree' box, I confirm that:

- I can access and read this Electronic CONSENT TO ELECTRONIC RECEIPT OF ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURES document; and
- I can print on paper the disclosure or save or send the disclosure to a place where I can print it, for future reference and access; and
- Until or unless I notify ENEVA S.A. as described above, I consent to receive from exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to me by ENEVA S.A. during the course of my relationship with you.



## **ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE**

From time to time, ENEVA S.A. (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through your DocuSign, Inc. (DocuSign) Express user account. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to these terms and conditions, please confirm your agreement by clicking the 'I agree' button at the bottom of this document.

### **Getting paper copies**

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. For such copies, as long as you are an authorized user of the DocuSign system you will have the ability to download and print any documents we send to you through your DocuSign user account for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

### **Withdrawing your consent**

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

### **Consequences of changing your mind**

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. To indicate to us that you are changing your mind, you must withdraw your consent using the DocuSign 'Withdraw Consent' form on the signing page of your DocuSign account. This will indicate to us that you have withdrawn your consent to receive required notices and disclosures electronically from us and you will no longer be able to use your DocuSign Express user account to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

### **All notices and disclosures will be sent to you electronically**

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through your DocuSign user account all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

### **How to contact ENEVA S.A.:**



You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: [andre.cannavale@eneva.com.br](mailto:andre.cannavale@eneva.com.br)

### **To advise ENEVA S.A. of your new e-mail address**

To let us know of a change in your e-mail address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at [andre.cannavale@eneva.com.br](mailto:andre.cannavale@eneva.com.br) and in the body of such request you must state: your previous e-mail address, your new e-mail address. We do not require any other information from you to change your email address..

In addition, you must notify DocuSign, Inc to arrange for your new email address to be reflected in your DocuSign account by following the process for changing e-mail in DocuSign.

### **To request paper copies from ENEVA S.A.**

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an e-mail to [andre.cannavale@eneva.com.br](mailto:andre.cannavale@eneva.com.br) and in the body of such request you must state your e-mail address, full name, US Postal address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

### **To withdraw your consent with ENEVA S.A.**

To inform us that you no longer want to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your DocuSign account, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an e-mail to [andre.cannavale@eneva.com.br](mailto:andre.cannavale@eneva.com.br) and in the body of such request you must state your e-mail, full name, IS Postal Address, telephone number, and account number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

### **Required hardware and software**

Operating Systems:	Windows2000? or WindowsXP?
Browsers (for SENDERS):	Internet Explorer 6.0? or above
Browsers (for SIGNERS):	Internet Explorer 6.0?, Mozilla FireFox 1.0, NetScape 7.2 (or above)
Email:	Access to a valid email account
Screen Resolution:	800 x 600 minimum
Enabled Security Settings:	<ul style="list-style-type: none"><li>• Allow per session cookies</li></ul>



	<ul style="list-style-type: none"><li>• Users accessing the internet behind a Proxy Server must enable HTTP 1.1 settings via proxy connection</li></ul>
--	---

\*\* These minimum requirements are subject to change. If these requirements change, we will provide you with an email message at the email address we have on file for you at that time providing you with the revised hardware and software requirements, at which time you will have the right to withdraw your consent.

**Acknowledging your access and consent to receive materials electronically**

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please verify that you were able to read this electronic disclosure and that you also were able to print on paper or electronically save this page for your future reference and access or that you were able to e-mail this disclosure and consent to an address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format on the terms and conditions described above, please let us know by clicking the 'I agree' button below.

By checking the 'I Agree' box, I confirm that:

- I can access and read this Electronic CONSENT TO ELECTRONIC RECEIPT OF ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURES document; and
- I can print on paper the disclosure or save or send the disclosure to a place where I can print it, for future reference and access; and
- Until or unless I notify ENEVA S.A. as described above, I consent to receive from exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to me by ENEVA S.A. during the course of my relationship with you.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal Vertsign. Para verificar as assinaturas clique no link: [REDACTED] ou vá até o site <https://vertsign.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 09/07/2025 é(são) :

- ☒ Luiz Raimundo Barreiros Gavazza - [REDACTED] em 09/07/2025 15:39 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Larisse Karina Stelitano Gonsalves de Oliveira - [REDACTED] em 08/07/2025 17:22 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- ☒ Makyo de Araujo Felix - [REDACTED] em 07/07/2025 13:40 UTC-03:00  
**Tipo:** Assinatura Eletrônica

### Evidências

**Client Timestamp** Mon Jul 07 2025 13:40:02 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

[REDACTED]  
**Identificação:** Por email: makyo@bahiagas.com.br

**Assinatura:**



O(s) nome(s) indicado(s) para autorizar, bem como seu(s) status em 09/07/2025 é(são) :

- ☒ Camila de Azevedo Pottes - [REDACTED] em 08/07/2025 08:36 UTC-03:00



